



**FORMAÇÃO CONTINUADA
PARA PROFESSORES:**

Uma nova percepção inclusiva

FORMADORA

Elivania de Souza Benevides Neves

PRESIDENTE KENNEDY/ES

2021

APRESENTAÇÃO



Faculdade Vale do Cricaré através do Programa de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação apresenta **A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES: Uma nova percepção inclusiva**, ação destinada à complementação do fazer pedagógico no processo educacional inclusivo de escolas de Presidente Kennedy, ES. Esta formação é produto de um estudo desenvolvido a partir da percepção dos professores sobre a inclusão de uma criança com deficiência intelectual elaborado pela aluna **Elivania de Souza Benevides Neves**, sob orientação da **Dra. Alice Melo Pessotti**. Trata-se de um produto formativo estruturado com o propósito de impulsionar a busca por novos saberes, bem como gerar uma atualização pedagógica docente com vistas a uma consciência autoreflexiva do fazer pedagógico.

Introdução

A ferramenta chave identificada por Freire (1972) para alcançar a libertação é a educação. Ele defende um novo tipo de educação – uma educação ou pedagogia dos oprimidos, ou seja, um construído por si só, a partir de sua experiência vivida. A educação convencional é criticada por Freire (1972) como incrustada em estruturas opressivas. Tal educação é projetada para pacificar, para tornar o aluno um objeto compatível a ser controlado. Para superar essa realidade, Freire desenvolve uma série de conceitos-chave – problematização, desmemologização, conscientização, cultura do silêncio.

Um momento chave no caminho da libertação é quando os pobres perguntam qual é a natureza do mundo social. É realmente como o mundo "natural", ou seja, governado por leis e processos irrevogáveis? Ou é maleável – sujeito a agência humana – e capaz de ser construído e reconstruído? A percepção de que a realidade social é construída e que podemos entender como ela é construída e como ela pode ser mudada é o momento chave quando se passa de uma visão ingênua e mítica do mundo para uma compreensão analítica. A afirmação normativa ou ética de Freire (1972) é que o mundo social não deve ter "opressão", ou seja, qualquer redução da liberdade. O objetivo de um sistema

social adequado deve ser a humanização máxima e a diversidade.

A diversidade refere-se ao fato de serem indivíduos únicos e diferentes (algo que em uma sociedade tolerante, liberal e democrática é digno de respeito). A diversidade pode parecer mais ou menos óbvia, mas é tão normal quanto a própria vida e, portanto, devemos aprender a viver e trabalhar com ela. Da mesma forma, as práticas educacionais (da família, da escola ou de qualquer outro agente educacional) enfrentam a diversidade como um fato da vida (GIMENO, 2000). Considerando que não há grupos homogêneos na sociedade ou na sala de aula, a diversidade estudantil é um fato que deve ser abordado pela administração da educação, escola e professores.

A diversidade aparece na educação como diferentes taxas de aprendizagem, habilidades, interesses, motivações, expectativas, necessidades, etc. Tal diversidade requer atenção educacional adequada se quisermos proporcionar a todos os alunos uma educação de qualidade, respeitando o princípio da igualdade de oportunidades e, portanto, a atenção deve voltar-se para a diversidade como a questão-chave para a educação de todos os alunos.

Muitos autores têm ressaltado que transformar as escolas em ambientes inclusivos requer responder de acordo com as necessidades de seus alunos e desenvolver propostas de ensino para estimular e incentivar a participação de todos os

alunos. A educação inclusiva se opõe a qualquer forma de segregação e a qualquer argumento que justifique a separação defendendo os direitos à educação para todos (ARNAIZ, 2000). Portanto, se as escolas querem ser mais inclusivas e avançar em direção a uma resposta educacional de acordo com as características heterogêneas e diversas dos alunos é necessário refletir sobre aspectos como a organização e o funcionamento, a existência ou não de coordenação e trabalho colaborativo entre professores, a participação de toda a comunidade, o uso de recursos e as práticas educacionais (CASANOVA, 2011).

É essencial que os professores estejam comprometidos com a educação inclusiva, rejeitem processos de exclusão e se engajem na inclusão plena de todos os alunos como membros plenos de suas salas de aula (ROUSE, 2010). O foco da educação inclusiva, como enfatiza Rouse (2010), é a transformação de sistemas e culturas educacionais, bem como as práticas educativas e a organização das escolas para atender às diversas necessidades educacionais dos alunos, para que a aprendizagem e a participação plena de cada criança possam ser alcançadas. Quanto mais inclusivas as escolas, mais os alunos estarão nelas e não fora delas e, portanto, haverá menos necessidade de integrá-las depois. Da mesma forma, a UNESCO (2007) ressalta que tratar diversas situações e necessidades como se fossem iguais só acentua as desigualdades entre as crianças.

Em vez disso, a resposta à diversidade envolve passar de um foco homogeneizador que oferece o mesmo a todos e reflete as aspirações das classes e culturas dominantes, para uma abordagem que considere as diferentes identidades, necessidades e escolhas individuais e que valorize as diferenças como algo que enriquece as pessoas e as sociedades. Este fato destaca a necessidade de formação, tanto do corpo docente quanto da administração para enfrentar o desafio de alcançar o sucesso de todos os alunos.

Assim sendo, acreditamos que esse desafio deve começar por uma formação adequada dos profissionais da educação para participar da transformação de suas escolas em escolas inclusivas, onde o "Foco na Diversidade" se tornará um princípio fundamental. Logo, apresentaremos um cronograma com uma proposta de Formação Continuada para que possam compreender a importância da Inclusão no âmbito educacional. Ressaltamos que os encontros acontecerão pela Plataforma *Google Meet* com agendamento prévio de acordo com as agendas dos participantes.

Formação continuada: importâncias e aplicações



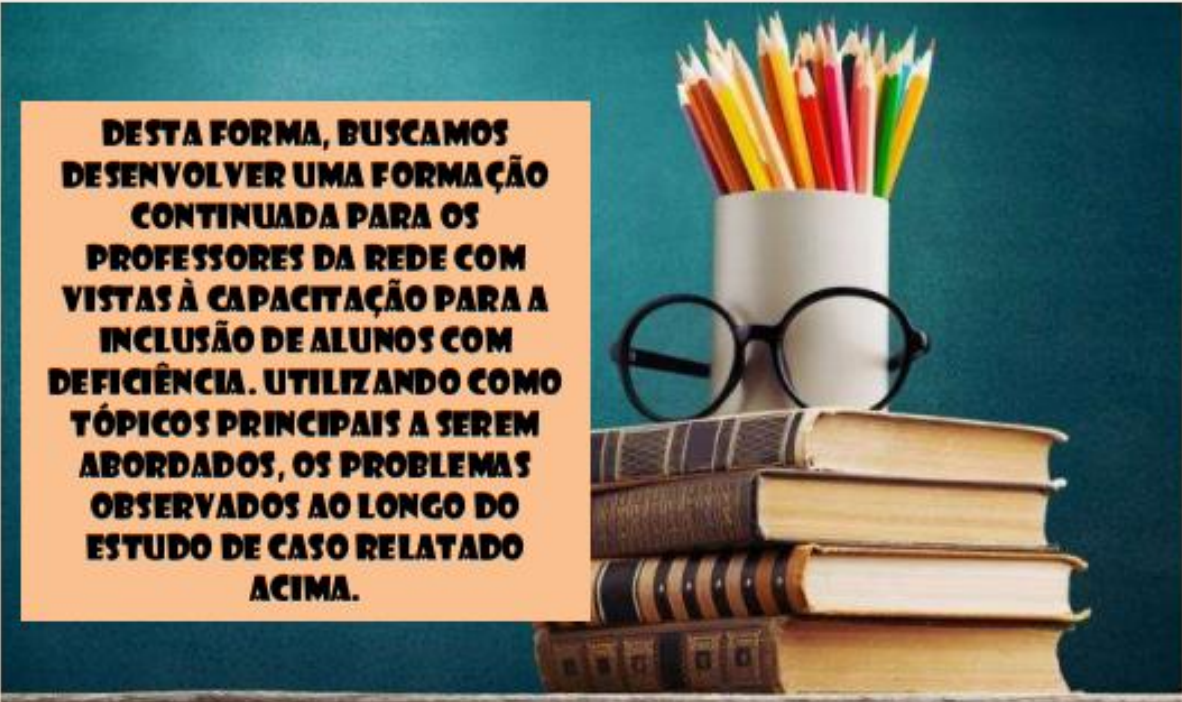
De acordo com a pesquisa: *Inclusão de uma criança com deficiência intelectual leve de uma escola*

Municipal de Presidente Kennedy/ES, realizadas pelas autoras desta formação, pode-se notar que professores descrevem um alto número de barreiras, e relatam uma formação acadêmica insuficiente para lidar com a deficiência e estabelecem o nível de ajuda recebido dos diferentes tipos de apoios em sala de aula. Eles percebem que escolas, professores e alunos não estão totalmente preparados para ter alunos/companheiros com deficiência. Em relação aos apoios, eles consideram que a formação acadêmica pode ser a melhor ajuda para enfrentar a deficiência em sala de aula.

Nesta situação, o Município de Presidente Kennedy/ES precisa investir mais em formações direcionadas aos professores, o que terá uma importante repercussão sobre as crianças, assumindo uma capacidade inclusiva maior do que a atual, onde eles mostram atitudes positivas e apoiam comportamentos em relação às crianças com deficiência.

Também é muito importante levar em consideração que, além das necessidades arquitetônicas e formativas, há necessidades sociais que também devem ser atendidas. Segundo Padilla (2011), através de uma educação inclusiva podemos potencializar, indiretamente, a inclusão social e física, a partir de valores empáticos que, às vezes, impulsionam outras pessoas a levantarem suas vozes para evidências de necessidades que possam ter mais pessoas desfavorecidas. É previsível que, após receber a qualificação específica e

direcionada, os professores se sintam mais preparados para lidar com alunos com deficiências, aumentando a capacidade inclusiva e melhorando o desempenho profissional e a satisfação dos familiares dos alunos e a satisfação dos alunos com deficiência.



DESTA FORMA, BUSCAMOS DESENVOLVER UMA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES DA REDE COM VISTAS À CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA. UTILIZANDO COMO TÓPICOS PRINCIPAIS A SEREM ABORDADOS, OS PROBLEMAS OBSERVADOS AO LONGO DO ESTUDO DE CASO RELATADO ACIMA.

Trata-se de um produto formativo estruturado com o propósito de:

- ❖ Impulsionar a busca por novos saberes;
- ❖ Gerar uma atualização pedagógica docente com vistas a uma consciência autoreflexiva do fazer pedagógico;
- ❖ Melhorar a qualidade de ensino, bem como os índices de educação do município de Presidente Kennedy;

- ❖ **Oferecer subsídios para os docentes mediante a precariedade durante a formação como docente;**
- ❖ **Preservar os direitos da criança com necessidades especiais.**



FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES:

Uma nova percepção inclusiva

**1º ENCONTRO: OS DESAFIOS
DA EDUCAÇÃO PARA TODOS**

Duração: 1h

**2º ENCONTRO: A PRÁTICA
PEDAGÓGICA E A POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Duração: 1h

**3º ENCONTRO: A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NA MÍDIA**

Duração: 1h

**4º ENCONTRO: A EDUCAÇÃO
ESCOLAR EM UMA REALIDADE
EXCLUDENTE**

Duração: 1h

**5º ENCONTRO: O DIREITO À
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Duração: 1h

Carga horária total: 5 horas

Temas abordados

1º ENCONTRO

TEMA: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA TODOS

ABORDAGEM: A desigualdade é um dos principais desafios para alcançar a educação para todos. A qualidade da educação é o segundo grande desafio. O financiamento é a terceira prioridade, uma chave para desbloquear a crise na educação. (ONU¹)



2º ENCONTRO

TEMA: A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ABORDAGEM: As práticas inclusivas baseiam-se na premissa de que os sistemas de ensino e as escolas assumem a responsabilidade de organizar o currículo e o ensino em torno de um grupo diversificado de alunos de tal forma que o ambiente de aprendizagem seja adequado para os recursos inerentes aos alunos. Todos os alunos trazem recursos e experiências valiosas para a sala de aula. Esses recursos são seus talentos, pontos fortes e habilidades, construídos sobre sua experiência pessoal, conhecimento e crenças. Professores que entendem os recursos de seus alunos podem melhor sintonizar seu ensino com os recursos que os alunos trazem para a sala de aula. Rodriguez (2007) define recursos como qualidades e pontos fortes



¹ Organização das Nações Unidas.

peçoais emergindo e moldando experiências de vida e ações a partir da vida e da escola.

3º ENCONTRO

TEMA: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA MÍDIA

ABORDAGEM: Nos últimos anos, a literatura relacionada às questões de tecnologia e inclusão tem aumentado constantemente. Os estudos nesta área estão principalmente relacionados ao uso de tecnologias para a



escola e inclusão social (BRAGA, 2015). Nesse contexto, os estudos enfocam as tecnologias assistivas e compensatórias e, recentemente, também a Inteligência Artificial (IA). No entanto, existem poucas contribuições internacionais com foco na educação para a mídia e

deficiência. Imagens e histórias na mídia podem influenciar profundamente a opinião pública e estabelecer normas sociais sobre como as pessoas com deficiência são vistas. Uma compreensão crítica das representações da mídia sobre as deficiências e a promoção de um uso responsável das tecnologias de mídia podem favorecer uma cultura de mídia inclusiva e reduzir o cyberbullying², bem como outros fenômenos online desviantes.

4º ENCONTRO

TEMA: A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM UMA REALIDADE EXCLUDENTE

Um dos grandes desafios para os professores nos tempos modernos é a busca contínua por pedagogia e abordagens para

² **Cyberbullying** é o bullying realizado por meio das tecnologias digitais. Pode ocorrer nas mídias sociais, plataformas de mensagens, plataformas de jogos e celulares. É o comportamento repetido, com intuito de assustar, enfurecer ou envergonhar aqueles que são vítimas.

atender a essa diversidade nas escolas inclusivas. Ideias de inclusão assumem que cada aluno tem acesso equitativo à educação e que as escolas organizam espaços de aprendizagem que acomodam todos no espírito do design universal. Diante desses desafios, os sistemas escolares e os professores têm que considerar como podem responder. Argumentamos, como outros têm antes de nós (AINSCOW, 2008), que os professores são a chave para o desenvolvimento de práticas inclusivas e pedagogias nas escolas, pois são eles que, com base em suas crenças e conhecimentos, decidem e escolhem o ambiente de aprendizagem onde os alunos são destinados a aprender e trabalhar dentro das estruturas do sistema escolar.



5º ENCONTRO

TEMA: O DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ABORDAGEM: Em 13 de dezembro de 2006, a Assembleia Geral da Organização das

Nações Unidas (ONU) adotou o texto da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. No Artigo 24, a Convenção trata do "direito à educação". Inspirado nesse documento, o Ministério da Educação (MEC) lançou, em 2008, a Política nacional de educação especial



na perspectiva da educação inclusiva. Seu objetivo foi estabelecer diretrizes para a criação de políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à inclusão escolar. Uma das principais contribuições dessa medida foi reformular o papel da educação especial por meio do estabelecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Em 2014, foi promulgado o Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a universalização do acesso à educação básica e ao AEE para o público-alvo da educação especial até 2024. Em 2015, finalmente, foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que traz uma série de inovações, como a proibição da negação de matrícula e de cobrança de taxas adicionais em casos de estudantes com deficiência.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. **Ensinar para a diversidade: O próximo grande desafio**. Em F.M. Connelly, M. F. He, & J. A. Phillion (Eds.), *The SAGE manual de currículo e instrução*. Londres: SAGE Publications, 2008.

ARNÁIZ, P. **Para uma educação sem exclusão**. Em Miñambres, A. & Jové, G. (Coords). *Atenção às necessidades educacionais especiais: da Educação Infantil à Universidade* (pp. 187-195). Lleida: Serviço de Publicações da Universidade Vall, 2000.

BRAGA, D.B. **Tecnologias digitais da informação e comunicação e participação social possibilidades e contradições** / Derilse Bértoli Braga, (org.). - São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília:

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 30 out. 2021.

BRASIL/MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

CASANOVA, M.A. **Educação inclusiva: um modelo para o futuro**. Madrid: Wolters Kluwer, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia dos Oprimidos**. Harmondsworth: Pinguim, 1972.

GIMENO, J. **A construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas**. Em AA.VV. Atenção à diversidade (pp. 11-35). Barcelona: Graó, 2000.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração** Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos>. Acesso em: 30 out. 2021.

RODRIGUEZ, T. L. **Linguagem, cultura e resistência como recurso: Estudos de caso de professores de ensino em potencial bilíngue/bicultural latino e a elaboração de práticas de ensino**. Tese de doutorado inédita, Universidade de Wisconsin: Madison, 2007.

ROUSE, M. **Reforma da formação inicial do professor: condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento da prática inclusiva**. Em Forlin, C. (Ed.). Formação de professores para inclusão. Mudança de paradigmas

e abordagens inovadoras (pp. 47-55). EUA e Canadá: Routledge, 2010.

UNESCO. Educação de qualidade para todos: uma questão de direitos humanos. Artigo de discussão sobre políticas educacionais no âmbito do II Encontro Intergovernamental do Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe. Santiago do Chile, 20-30 de Março, 2007.